

Dualidade e crise

12
IGNÁCIO M. RANGEL

O Estado brasileiro é, invariavelmente, exercido pela coalizão estável de duas classes, no comando das relações "internas" e "externas" de produção, respectivamente. Isso pouco importando se os estamentos através dos quais essas classes se fazem representar são civis ou militares, eclesiásticos ou laicos. Pouco importando, também, se sua investidura é eleitoral ou autocrática; por direito divino ou profano. Nessa coalizão há sempre um "sócio hegemônico" e um "sócio menor", e a mudança do "modelo" ocorre sempre pelo advento à hegemonia da classe que, embora em posição subalterna, já é governo desde meio século antes... um Kondratieff inteiro. É por isso que costuma ser modesto o "quantum despótico" exigido pelas mudanças.

O sócio hegemônico da dualidade que se despede agora, saída da anterior Grande Depressão, é o "latifúndio feudal", que deu de si brilhantes contas, mas que nada mais tem a fazer. Quanto ao sócio menor dessa dualidade — o sócio hegemônico da próxima — é o "capitalismo industrial", o executor direto do "projeto Brasil" deste último meio século, sob o comando e nas condições do latifúndio feudal.

Para não nos perdermos, convertendo o assunto em diligência como se diz em gíria forense que é o que faze-

mos quando, sem explicar por que recomendamos medidas como a moratória, a constituinte, etc. — devemos estudar equanimemente os protagonistas do nosso drama histórico presente.

Talvez a superação da presente crise brasileira exija, como pré-condição, a moratória (negociada, ou como ato de soberania, como quer Celso Furtado), ou então (ou de quebra) as eleições diretas, a Constituinte, a greve geral, a insurreição armada, ou ainda, quem sabe, a 3.ª Guerra Mundial. O caso, porém, é que essas coisas, esses "remédios", isoladamente ou em todas as combinações possíveis, por grandes que sejam suas respectivas importâncias intrínsecas, não passam do que os administradores chamam de "atividades-meio".

Ora, não seria mais prudente que começássemos por definir os objetivos — "as atividades-fim"? Quem sabe se, como já tem acontecido doutras feitas — porque esta não é a primeira crise da nossa história — a definição de um programa plausível tornaria praticável um consenso maior e, por isso mesmo, menor "quantum despótico" para promover as mudanças necessárias?

Não é sempre que isso acontece. Há casos em que a definição precisa dos objetivos conduz a maior radicalização, a confrontos mais inconciliáveis. Mas essa dialética, que faz da

violência a parteira exclusiva da história, admite exceções, notadamente em nossa experiência nacional. Afinal, deixai que o repita, este País levou o príncipe herdeiro da coroa de Portugal a proclamar sua independência; levou a princesa regente, herdeira da coroa imperial, a proclamar, de fato, a República; levou... A lista seria longa, como longa é a nossa série de acertos por equívoco.

Resumindo mais de meio século de meditação em torno da peculiar dialética da nossa história, fixei-me, desde há cerca de trinta anos, numa teoria — a da "Dualidade Básica" — trata, entre outras coisas, explica o assunto relativamente escasso "quantum despótico", isto é, a medida em que as mudanças devem ser impostas pela violência. Eu não diria "manu militari", porque nossas mudanças, uma vez amadurecidas, acabam sendo, ordinariamente, "homologadas" pelas Forças Armadas, de modo desconcertantemente "civilista". Uma vez amadurecidas, entenda-se, porque, antes de serem chamadas a "editar a nova ordem", as Forças Armadas, como há vinte anos, são incumbidas de escorar a "velha ordem", entrando em fase de caducidade, mas não esgotado ainda o seu recado, como veríamos pelo "milagre" subsequente.

Ignácio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro, e autor de vários livros, entre eles "A inflação brasileira".